

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
1º QUADRIMESTRE DE 2023
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 30/05/2023.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Primeiro Quadrimestre de 2023, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do primeiro e do segundo bimestres de 2023, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumprir informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei.

Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no primeiro e no segundo bimestres de 2023.

1 – Análise de Comportamento da Receita

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2023 no montante de R\$77.313.156,45 (Setenta e sete milhões trezentos e treze mil cento e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos). A receita efetivada no período de janeiro a Abril foi de R\$ 24.415.133,40 (Vinte e quatro milhões quatrocentos e quinze mil cento e trinta e três reais e quarenta centavos), tendo sido arrecadado, portanto, 31,58% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 23.052.126,37 (Vinte e três milhões cinquenta e dois mil cento e vinte e seis reais e trinta e sete centavos) constante na programação financeira, que considerou as reestimativas de receitas, demonstra-se um excedente de 0,66%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado positivo das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 36,49% da programação anual.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (A)	Decreto de Programação Financeira (B)	Realiz. no Período (C)	% (C/A)	% (C/B)
1 – Receitas Correntes	70.414.001,82	21.281.169,64	25.692.526,96	36,49	120,73
Receita Tributária	6.692.418,03	2.551.786,68	2.615.361,05	39,08	102,49
Receita de Contribuições	1.741.238,65	545.502,40	551.476,36	31,67	101,10
Receita Patrimonial	3.204.372,30	303.391,96	2.310.815,67	72,11	761,66
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	24.175,84	3.939,42	7.388,38	30,56	187,55
Transferências Correntes	57.479.093,79	17.623.948,95	18.455.894,99	32,11	104,72
Outras Rec. Correntes	1.272.703,21	252.600,23	1.751.590,51	137,63	693,42
2 – Receitas de Capital	9.030.000,00	2.462.071,28	681.628,44	7,55	24,69
Operações de Crédito	6.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	850.000,00	94.444,44	121.628,44	14,31	128,78
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transfer. De Capital	2.180.000,00	367.626,84	560.000,00	25,69	152,33
Outras Rec. De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - Receitas Correntes - Intraorçamentárias	5.951.438,69	1.920.929,54	670.202,73	11,26	34,89
7 – Receitas de Capital - Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 (-) Deduç. da Receita	8.082.284,06	2.612.044,08	2.629.224,73	32,53	100,66
Total da Receita	77.313.156,45	23.052.126,37	24.415.133,40	31,58	105,91

Fonte: Sistema Informatizado do Município de Cacequi Departamento de Contabilidade

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a abril), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 21.281.169,64 (Vinte e um milhões duzentos e oitenta e um mil cento e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Os valores realizados corresponderam a R\$ 25.692.526,96 (Vinte e cinco milhões seiscentos e noventa e dois mil quinhentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos), superando 20,73% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas Tributárias e as Transferências Correntes, que figuraram, respectivamente, com 10,71% e 75,59% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das Transferências Correntes, que apresentaram variação positiva de 104,72% em relação ao previsto para o período, correspondendo a 32,11% do valor projetado para o exercício.

Conforme o balancete divulgado, a Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 2.615.361,05 (Dois milhões seiscentos e quinze reais trezentos e sessenta e um reais e cinco centavos), que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 2.551.786,68 (Dois milhões quinhentos e cinquenta e um mil setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), representa uma realização de 102,49% da projeção para o período e 39,08% do valor estimado para o ano.

O IPTU arrecadou 90,91% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$825.182,97 (Oitocentos e vinte e cinco mil cento e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos), tendo sido arrecadados R\$750.202,05 (Setecentos e cinquenta mil duzentos e dois reais e cinco centavos). A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada negativamente pela desatualização do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, para o qual havia uma projeção de R\$ 1.999.662,34 (Hum milhão novecentos e noventa e nove mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos) para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 695.614,67 (seiscentos e noventa e cinco mil seiscentos e quatorze, sessenta e sete centavos), 34,79% do valor previsto para o exercício. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um acréscimo de 313,74% em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 543.356,12 (Quinhentos e quarenta e três mil trezentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), o que representa 47,21% da previsão.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 219.409,32 (Duzentos e dezenove mil quatrocentos e nove reais e trinta e dois centavos), contra uma projeção de R\$ 470.705,98 (Quatrocentos e setenta mil setecentos e cinco reais e noventa e oito centavos). Arrecadou-se, portanto, 46,61% da meta anual.

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de abril, o valor R\$ 551.476,36 (Quinhentos e cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), correspondendo a 31,67% da previsão anual. As receitas mais expressivas nesse grupo decorrentes das Contribuições Sociais registraram uma arrecadação de R\$ R\$ 551.476,36 (Quinhentos e cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), correspondendo a 31,67% da projeção anual.

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que totalizou R\$ 6.394.476,68 (Seis milhões trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) no período, correspondendo a 33,30% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação positiva referentes às transferências aos Estados e Municípios.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 5.905.836,31 (Cinco milhões novecentos e cinco mil oitocentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos), ou seja, 30,59% da expectativa inicial, que era de R\$19.308.955,55 (Dezenove milhões trezentos e oito mil novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). O comportamento dessa receita está diretamente ligado a atividade econômica no Estado.

As Receitas de Capital alcançaram 7,55% do previsto. A maior previsão e, também, maior frustração verificado (a) nesse grupo ocorreu nas receitas de Operações de Crédito, que não demonstraram ingresso de receita.

2. Análise do Comportamento da Despesa

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o R P P S, no período de janeiro a abril de 2023, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 88,57%, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$2.789.447,04 (Dois milhões setecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e quarenta e sete reais e quatro centavos). Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 20.457.717,78 (Vinte milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil setecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), correspondendo a 116,17% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 1.167.968,58 (Um milhão cento e sessenta e sete mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), **superiores** ao valor projetado para o período de R\$846.897,02 (Oitocentos e quarenta e seis mil oitocentos e noventa e sete reais e dois centavos).

QUADRO 2 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Orçamentária - Arrecadada	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
(1) Receita Total	77.313.156,45	24.415.133,40	31,58
Despesa Orçamentária - Liquidada	Dotação Atualizada (A)	Liquidada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	60.449.649,43	20.457.717,78	33,84
Pessoal e Encargos Sociais	37.495.915,28	12.367.768,83	32,98
Juros e Encargos da Dívida	2.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	22.951.734,15	8.089.948,95	35,25
Despesas de Capital	15.753.123,11	1.167.968,58	7,41
Investimentos	14.168.513,70	624.539,16	4,41
Inversões Financeiras	27.609,41	16.000,00	57,95
Amortização da Dívida	1.557.000,00	527.429,42	33,87
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	5.967.204,69	0,00	0,00
(2) Despesa Total	82.169.977,23	21.625.686,36	26,32
Resultado Orçamentário (1-2)	-4.856.820,78	2.789.447,04	-57,43
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		88,57%	

Fonte: Sistema Informatizado do Município de Cacequi Departamento de Contabilidade

Observações:

a) o valor informado na coluna Previsão Atualizada da receita, segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, corresponde a:

Previsão inicial da Receita	R\$ 77.313.156,45
(+) Excesso de arrecadação (inclusive proveniente de auxílios e convênios) utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 721.100,80
(+) Produto de operações de crédito não previstas na LOA, utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 3.470.440,96
(=) Previsão atualizada da Receita	R\$ 81.504.698,21

b) a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a previsão atualizada da despesa, no valor de R\$ 665.279,02 (Seiscentos e sessenta e cinco mil duzentos e setenta e nove reais e dois centavos) corresponde ao montante de recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, que foi indicado para a abertura de créditos adicionais, bem como o montante dos Créditos Especiais reaberto nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição da República.

Já em relação às despesas com investimentos, superaram o valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 411.262,20 (Quatrocentos e onze mil duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos), apresentando uma execução de R\$ 624.539,16 (Seiscentos e vinte e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos). Essa situação decorre do desempenho positivo da receita no período. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO
APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS, L
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 4.180.295,30 (Quatro milhões cento e oitenta mil duzentos e noventa e cinco reais e trinta centavos), o que corresponde a 27,12% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que no período avaliado o Município atingiu o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Particularmente no tocante ao FUNDEB, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi superavitário em relação a esses recursos. Assim, o ganho foi deduzido nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites. Cabe ainda destacar que, de acordo com a Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 2.565.157,41 (Dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos) o que corresponde a 92,39% dos recursos do referido fundo atendendo ao dispositivo legal supracitado.

Os gastos com saúde, conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, atingiram o montante de R\$2.950.595,82, o que corresponde a 19,14% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o atingimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira foram atendidos, evidenciando, assim, a necessidade de ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Rosana Maria de Freitas Barreto
Secretária da Fazenda